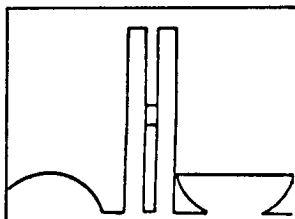


Cartas ao general

Eliane Cantanhede

TAMBÉM o Presidente da República, baseado nas privilegiadas informações do SNI e no seu profundo conhecimento do Congresso Nacional, já concluiu e informa a seus interlocutores do Palácio da Alvorada: não há qualquer campanha orga-



Coisas da política

nizada, dos jornalistas, da imprensa ou de quem quer que seja, com o inconfessável intuito de indispor a opinião pública contra o Legislativo. Aquelas fotografias de junho, publicadas pelo JORNAL DO BRASIL, não apenas mostraram três deputados fraudando a votação dos dois turnos para as eleições de novembro, mas no flagrante confirmaram que, por um grave defeito no mecanismo do poder, a maioria dos senhores parlamentares não tinha, literalmente, como ocupar as mãos. Agora que eles já são tecnicamente obrigados a usá-las, por uma mudança no sistema eletrônico de votação, as denúncias de ausência, de inoperância e de artifícios para a garantia dos jatos inspiram-se na expectativa de que comecem a usar, também, a inteligência e a saúde democrática para o êxito do processo.

Nesse movimento, os refletores centraram-se no plenário, mas os presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e José Fragelli, terão toda a razão quando vierem a público esta semana, por uma cadeia de rádio e televisão, para dizer que a atividade parlamentar não se resume aos discursos e votações plenárias. Ulysses, como símbolo da reação ao regime militar, e Fragelli, mais recentemente, como líder do grupo moderado conhecido como "monobloco" no Senado, são apenas dois exemplos da consistência da premissa. Poder-se-ia, ainda, citar articuladores pertinentes e conseqüentes como o Deputado Thales Ramalho e o próprio Tancredo Neves que, fulgurantes nos bastidores, jamais foram especiais tribunos ou presenças assíduas nos plenários.

Mas Ulysses, Fragelli, Thales e Tancredo não significam, definitivamente, a média aritmética do comportamento dos atuais 479 deputados e 69 senadores. OK, é verdade que, se eles o fossem, certamente não ocupariam os cargos que ocupam, não tomariam as decisões que tomam e, até, como Tancredo, não chegariam à Presidência da República. Mas daí a haver esse imenso fosso entre eles e a grande massa anônima que comanda o fisiologismo interno, num Congresso eleito pelo povo e para o povo, já é demais. O Deputado Albino Coimbra, por exemplo, só apareceu no noticiário que seus eleitores lêem em três momentos: na campanha do Deputado Paulo Maluf, na votação dupla na Câmara e, agora, com a tentativa de

requerer mandado de segurança contra a mesa que o puniu, apenas, com a pena de advertência.

A nova lei dos partidos, como bem defende o Ministro Marco Maciel, ex-deputado e senador, só vem complicar ainda mais esse quadro. Maciel confessa que, diante da existência de 30 partidos — os que pediram registro ao TSE — só lhe restou a alternativa de encomendar à sua assessoria um estudo sucinto sobre o que significa cada um deles, quem são seus dirigentes e qual o seu potencial, para não correr o risco, por exemplo, de topar com um dos 20 candidatos à Prefeitura do Rio e não saber quem é.

Neste país das oscilações entre o populismo e o autoritarismo, onde já houve até um presidente de sete meses, eleito por uma coligação centrada num PTN de apagado registro histórico, não deixa de ser preocupante a constatação de que o Congresso está atordoado e os partidos seguem o caminho inverso da consolidação, justo quando o momento é de sedimentação da vitória para a democracia, conquistada com Tancredo e Sarney no Colégio Eleitoral. A Constituinte não é uma palavra mágica que irá trazer bonança e fartura para o país, mas é, sem dúvida, a esperança de novas regras de convivência democrática que sejam sólidas e duradouras. E como poderá sê-lo, no rastro deste Congresso que aí está? E como poderá sê-lo se os partidos não sabem a que vieram?

Na página que Sarney, oportunamente, surruiu do discurso que Tancredo Neves lería a seus ministros e à nação no dia da posse, estava dito que as elites brasileiras são mais frágeis do que o povo. A verdade é que não só o povo foi pacificamente às ruas para respaldar a transição, como está dando uma demonstração inequívoca de amadurecimento, mesmo diante de alguns tropeços do Governo. E o mais interessante é que se os índices de popularidade dos políticos estão, certamente, decaindo, o ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves — que prefere não ver nada de especial nas verdadeiras massas populares que prestigiaram o sete de setembro deste ano — foi obrigado a montar uma equipe de três pessoas para cadastrar "muito mais de uma dezena" de cartas que chegam todos os santos dias a seu gabinete, elogiando o Exército.

Já recuperadas em seu papel institucional de defesa da pátria e garantia da lei e da ordem — como, aliás, rezam todas as constituições brasileiras desde 1891 — as Forças Armadas, segundo o próprio ministro, reencontram-se com o povo cada vez mais. E se a comparação desta realidade com o descontrole do Congresso é preocupante, pelo menos serve como advertência. A responsabilidade pelo desgaste da instituição do Poder Legislativo, afinal, não é de quem denuncia molecagens de seus integrantes, mas de quem as pratica.

Eliane Cantanhede é coordenadora de política do JORNAL DO BRASIL em Brasília.